

Editorial

Após a segunda guerra mundial, até os anos 70, o capitalismo teve um período de prosperidade geral. Nos países centrais foram constituídos a chamada sociedade afluyente e o Estado de bem-estar social. Na periferia do sistema, disseminaram-se, pelos países do terceiro mundo, projetos desenvolvimentistas, incentivados pela forte intervenção dos Estados, que incorporavam algumas das conquistas dos trabalhadores do primeiro mundo e que acenavam com a possibilidade de desenvolvimento econômico-social. Concomitantemente, o que restava do neocolonialismo foi desmantelado pelos movimentos de independência nacional ocorridos em vários lugares do mundo. Dessa forma, o capitalismo parecia assumir uma progressiva feição humanizada.

Porém, a partir dos anos 70, as expectativas de desenvolvimento sócio-econômico progressivo começam a ser frustradas. Causando perplexidade às organizações populares, o neoliberalismo disseminou-se mundialmente e, ao mesmo tempo, ocorreu a derrocada da URSS e da maior parte dos regimes sob a sua influência direta.

Aos poucos, os movimentos organizados e os estudiosos foram compreendendo que o capital entrava em uma nova fase.

Como Marx já havia teorizado no *Manifesto do Partido Comunista*, há 150 anos, o capital mundializa-se e modifica diretamente o mundo do trabalho e as suas representações, o que se constitui em um dos acontecimentos mais marcantes dessa nova fase.

O desemprego, que pontuou a trajetória do capitalismo, torna-se crescente e parece ser estrutural gerando o fenômeno dos chamados excluídos.

Os trabalhadores reivindicam a diminuição da jornada de trabalho, o que começa a realizar-se em alguns países centrais. Isso ocorre quando, paralelamente, o capital obriga os trabalhadores a longas jornadas, revivendo épocas que pareciam superadas, amiúde desrespeitando as leis existentes.

Os países centrais implementam políticas de imigração sob controle para a recomposição do seu exército industrial de reserva, enquanto que as populações pobres do mundo encetam correntes de emigração livres e caóticas em busca de condições de sobrevivência.

Verifica-se, em detrimento da classe operária tradicional, a acelerada expansão do trabalho imaterial - científico; técnico; intelectual, entre outros,- que tem como pressuposto longos anos de preparação

acadêmica formal, ao mesmo tempo em que esse tipo de trabalho sofre erosão do status e da remuneração. Por outro lado, também se observa uma intensificação de formas de trabalho vil, que implicam a exploração de crianças, imigrantes, mulheres e a manipulação do racismo.

O capital inicia experiências com novas formas de trabalho nas empresas, que colocam uma maior participação e autonomia dos trabalhadores, como por exemplo, os grupos autônomos, as células de produção; enquanto que, no âmbito societário o trabalho torna-se precário com o ataque dos governos neoliberais aos direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados pelos trabalhadores.

As organizações tradicionais dos trabalhadores estão em refluxo e em processo de rearticulação. Entretanto, formas novas de organização e de resistência ao capital são engendradas, notadamente ONG's, fóruns mundiais, entre outras. Na esfera da atividade econômica dos trabalhadores, verifica-se uma vivificação de várias formas de cooperativismo, com destaque para o cooperativismo de trabalho e para as empresas de autogestão.

Em suma, passados trinta anos, ainda não se sedimentou uma explicação satisfatória dessa nova fase do capital e suas conseqüências. Disso resulta que parte das reflexões realizadas ainda é polêmica e se coloca no campo do debate.

Neste número da Revista, ao lado de materiais resultantes de pesquisas histórico-empíricas que se reportam a temas delimitados, encontrar-se-ão, também, artigos que, partindo de uma discussão mais livre, buscam realizar uma reflexão mais inclusiva sobre a realidade atual.

Candido Giraldez Vieitez
Neusa Maria Dal Ri
Organizadores